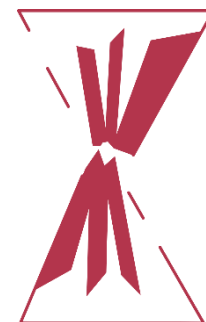


Poesias de Medo e Violência: As ditaduras neoliberais no Cone-Sul mediante a produção poética e periódica em Curitiba (1978–1981)

Poetry of Fear and Violence: Neoliberal Dictatorships in the Southern Cone Through Poetry and Periodicals in Curitiba (1978–1981)



PERBICHE, Matheus Pacheco*

 <https://orcid.org/0000-0002-8122-916X>

RESUMO: Este artigo investiga as relações entre neoliberalismo e ditaduras militares no Cone Sul (1976–1981), analisando como a produção poética em Curitiba articulou formas de expressão política de oposição ao regime militar. A partir das colocações de Naomi Klein (2008) sobre o "capitalismo de desastre" e das denúncias de Rodolfo Walsh (2007) acerca da violência estatal na ditadura argentina, demonstra-se como os regimes autoritários da região funcionaram como laboratórios para políticas neoliberais que intensificaram desigualdades sociais enquanto reprimiam a dissidência. O estudo concentra-se em duas manifestações culturais: a revista Raposa Magazine (1978-1983) e os livros do Movimento Sala 17 (1977-1980). A análise revela que tais expressões culturais estabeleceram estratégias criativas de oposição que mantêm relevância para a compreensão de resistências contemporâneas a agendas neoliberais.

PALAVRAS-CHAVE: Curitiba; Ditadura Militar; Poesia; Cone Sul; Neoliberalismo.

ABSTRACT: This article investigates the relationship between neoliberalism and military dictatorships in the Southern Cone (1976–1981), analyzing how poetic production in Curitiba articulated forms of political expression opposing to the military regime. Based on Naomi Klein's (2008) ideas about "disaster capitalism" and Rodolfo Walsh's (2007) denunciations of state violence during the Argentine dictatorship, it demonstrates how the authoritarian regimes in the region functioned as laboratories for neoliberal policies that intensified social inequalities while repressing dissent. The study focuses on two cultural manifestations: the publication Raposa Magazine (1978-1983) and the books of the Sala 17 Movement (1977-1980). The analysis reveals that these cultural expressions established creative strategies of opposition that remain relevant for understanding contemporary resistance to neoliberal agendas.

KEYWORDS: Curitiba; Military Dictatorship; Poetry; Southern Cone; Neoliberalism.

Recebido em: 24/04/2025

Aprovado em: 15/05/2026

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR. E-mail: matheusperbiche@gmail.com



Considerações Iniciais

Na carta de Rodolfo Walsh a Francisco Urondo, vulgo *Paco* – intelectual assassinado pela ditadura argentina em 17 de junho de 1976 –, analisada por Pellejero e Guerra (2012), o autor articula uma profunda reflexão sobre o conceito de liberdade no contexto repressivo. Walsh não apenas homenageia seu colega morto, mas constrói uma metalinguagem na qual a própria escrita se torna ato de resistência.

Esses eventos, que chocam a consciência do mundo civilizado, não são, contudo, os maiores sofrimentos infligidos ao povo argentino, nem as piores violações dos direitos humanos que vocês cometeram. A explicação para seus crimes, e uma atrocidade ainda maior que pune milhões de seres humanos com miséria planejada, deve ser buscada nas políticas econômicas desse governo (Walsh, 2017, p. 149)¹.

Como destacam os pesquisadores que publicam e comentam a carta, ela transcende o caráter pessoal para se transformar em manifesto político, em que a liberdade aparece como categoria central – tanto no plano estético quanto no existencial. Nesse documento, Walsh estabelece uma relação indissociável entre criação artística e liberdade política, argumentando que:

Houve, contudo, uma época na qual a arte era considerada um momento particular da procura de uma liberdade sem determinação e não se compreendia fora dela. Evidentemente, nem todos os que se pronunciaram sobre o tema coincidiam no modo de conquistar essa liberdade e muito menos na forma pela qual a arte podia chegar a contribuir nessa empresa (do qual são paradigmáticas as polêmicas entre Benjamin e Adorno, entre Bataille e Sartre). Mas a afirmação da liberdade era um imperativo para a arte, aquém dos programas (estéticos) e dos projetos (políticos) que os movimentos e os partidos forjavam na tentativa de dar-lhe uma forma concreta. Sem liberdade, a arte carecia de sentido para eles; sem arte, a liberdade não podia ser afirmada com plenitude (Walsh *apud* Pellejero; Guerra, 2012, p. 261).

As obras de Naomi Klein (2008) e Rodolfo Walsh (2007, 2012) oferecem perspectivas para compreender a intrincada relação entre neoliberalismo e regimes ditatoriais no Cone Sul. Na carta citada acima, o autor argentino realiza uma contundente denúncia dos crimes perpetrados pela Ditadura Militar (1976–1983), evidenciando não apenas o apoio estratégico dos Estados Unidos – materializado através da intervenção da CIA – mas também a dupla

¹ [No original] “Estos hechos, que sacuden la consciencia del mundo civilizado, no son sin embargo los mayores sufrimientos han traído al pueblo argentino ni las peores violaciones de los derechos humanos en que ustedes incurren. En la política económica de ese gobierno debe buscarse no sólo la explicación de sus crímenes sino una atrocidad mayor que castiga a millones de seres humanos con la miseria planificada” (Walsh, 2017, p. 149).

dimensão da violência de Estado: por um lado, os crimes contra os indivíduos, manifestos na repressão física, na tortura e no terrorismo de Estado; por outro, os crimes de classe, que se expressaram na sistemática destruição da estrutura social argentina. Como demonstra Walsh, a ditadura implementou um projeto deliberado de desmantelamento da robusta classe média argentina, conforme evidenciado em sua análise.

Este estudo² propõe-se a analisar as manifestações de anseio por liberdade expressas por intelectuais e artistas durante os regimes ditatoriais no Cone Sul, articulando duas dimensões complementares de análise. Num primeiro momento, adotamos o texto de Naomi Klein (2008) como referência para examinar os fundamentos políticos e econômicos que caracterizaram os governos militares na região durante a segunda metade do século XX. Num segundo momento, é possível pensar a produção cultural alternativa em Curitiba entre 1976 e 1981, investigando especificamente os mecanismos discursivos e estéticos empregados na crítica ao autoritarismo. O corpus documental inclui textos poéticos publicados em revistas e livros de circulação marginal, nos quais se destaca – como demonstraremos ao longo da análise – o uso estratégico do humor como forma cifrada de oposição política e cultural à ditadura militar.

Doutrinas de choque: as ditaduras militares no Cone Sul

A análise de Klein (2008) sobre a aplicação das teorias da Escola de Chicago no Cone Sul revela um processo histórico particular: as ditaduras militares da década de 1970 serviram como campo de testes para políticas neoliberais radicais formuladas por Milton Friedman e Friedrich Hayek. O estudo demonstra como essas experiências econômicas se articularam com o autoritarismo político na região, criando uma contradição fundamental com o período anterior de desenvolvimentismo.

Conforme Klein (2008, p. 71), “o laboratório mais avançado do desenvolvimentismo era a zona sulina da América do Sul, conhecida como Cone Sul: Chile, Argentina, Uruguai e partes do Brasil”. Essa caracterização ganha complexidade quando se considera o papel da CEPAL, que sob a liderança de Raúl Prebisch (1950–1963), promoveu políticas que fizeram a

² Edição reescrita do texto publicado nos anais do II CIHIS, que é fruto da pesquisa de mestrado deste autor (Perbiche, 2021), e conta com alguns avanços referentes à pesquisa de doutorado, em andamento, que estuda mais profundamente a produção periódica cultural curitibana, entre 1974 e 1983, no que diz respeito à violência policial, perseguição, medo e vivência boêmia, nas páginas dos periódicos citados (Perbiche, 2022).

região “se parecer mais com a Europa e os Estados Unidos do que com o resto da América Latina [antes da guinada neoliberal].” (Klein, 2008, p. 71). Isso pode ser observado em:

O cenário era composto, portanto, por desenvolvimento econômico, elevação salarial dos trabalhadores, atendimento gratuito de saúde, fortalecimento dos sindicatos, alfabetização em massa, acesso à universidade pública, etc. Este cenário produziu dias sombrios para o departamento de economia da Universidade de Chicago, por perceberem os acadêmicos da escola keynesiana sendo recrutados pelos presidentes e primeiros-ministros para ajuda-los a domar as feras do mercado; quase ninguém estava interessado nas ideias audaciosas de Friedman acerca de deixá-lo ainda mais livre do que nunca (Klein, 2008, p. 72).

Enquanto as teorias de Friedman encontravam pouca receptividade entre governantes e acadêmicos sul-americanos durante os anos 1970, as grandes corporações norte-americanas emergiram como suas principais aliadas. Como analisa Klein (2008), esse grupo articulou uma campanha sistemática contra os governos desenvolvimentistas, utilizando o contexto da Guerra Fria como justificativa para suas ações. A autora destaca que esse movimento “tentou colocar os governos desenvolvimentistas dentro da lógica binária da Guerra Fria”, argumentando que “o nacionalismo do Terceiro Mundo é o primeiro passo rumo ao totalitarismo comunista” (Klein, 2008, p. 75).

Essa retórica alarmista serviu de base para intervenções diretas, como os golpes apoiados pela CIA em 1953 no Irã e na Guatemala – países cujos governos implementaram políticas econômicas inspiradas em Keynes, sem qualquer vínculo com o bloco soviético. A estratégia revelava uma clara disposição de substituir experiências nacionais desenvolvimentistas por modelos alinhados aos interesses corporativos internacionais.

O principal alvo dessa estratégia, contudo, era o Cone Sul. O chamado “Projeto Chile”, iniciado em 1956, consistia em que o governo dos Estados Unidos financiasse “estudantes chilenos para aprender economia na mais reconhecidamente anti-‘vermelha’ escola do mundo – a Universidade de Chicago” (Klein, 2008, p. 76), enquanto professores da instituição “também seriam pagos para viajar até Santiago, a fim de conduzir pesquisas sobre a economia chilena e para treinar alunos e professores nos fundamentos da Escola de Chicago” (Klein, 2008, p. 76). Como destaca Klein (2008, p. 77), o objetivo era “produzir guerreiros ideológicos capazes de vencer a batalha de ideias contra os economistas ‘vermelhos’ da América Latina”.

Esse processo de doutrinação analisava minuciosamente as políticas chilenas, colocando “no microscópio e dissecadas: Na sua forte rede de seguridade social, sua proteção

para as indústrias nacionais, suas barreiras comerciais, seus controles de preços.” (Klein, 2008, p. 77–78). Apesar de resistências internas nos EUA – como as da Fundação Ford –, o projeto consolidou-se na Universidade Católica de Santiago, onde, em 1963, “doze dos treze professores de tempo integral do departamento tinham sido formados no programa da Universidade de Chicago”, incluindo Sergio de Castro, diretor da faculdade (Klein, 2008, p. 79).

Os *Chicago Boys*, como ficaram conhecidos esses economistas, representavam um projeto de imperialismo intelectual que inicialmente não obteve os resultados esperados. Em 1962, foi eleito no Brasil João Goulart, “um nacionalista econômico comprometido com a reforma agrária, salários maiores e um plano audacioso para forçar as multinacionais a reinvestirem um percentual de seus lucros na economia brasileira.” (Klein, 2008, p. 79). Na Argentina, a eleição de Arturo Frondizi em 1958 revelou uma aproximação com as propostas peronistas. O maior desafio surgiu em 1970, quando a Unidade Popular de Salvador Allende venceu as eleições no Chile com “uma plataforma que prometia colocar sob controle governamental amplos setores da economia dirigidos por corporações estrangeiras e nacionais.” (Klein, 2008, p. 80).

Para Friedman e os *Chicago Boys*, conforme analisa Klein (2008, p. 80), “a democracia tinha se tornado inóspita [...] a ditadura seria mais conveniente”. As corporações norte-americanas declararam imediata oposição ao governo Allende. O golpe militar de 11 de setembro de 1973, apoiado pela CIA e pelos *Chicago Boys*, resultou na morte de Allende e na instauração da ditadura de Augusto Pinochet, cujos efeitos foram devastadores: “Ao todo, mais de 3200 pessoas desapareceram ou foram executadas, pelo menos oitenta mil foram aprisionadas e duzentas mil foram deixaram o país por razões políticas” (Klein, 2008, p. 97). Esse processo demonstra a intrínseca relação entre a implantação do modelo neoliberal e a supressão violenta da democracia no Cone Sul.

Além da supressão das liberdades individuais e dos partidos políticos, o tratamento de choque capitalista, proposto por Friedman, foi implementado sob a crise deixada por Allende e as sanções econômicas impostas pelo mercado norte-americano. Através de ideias que aproximavam economia e biologia ou “leis naturais superiores”, formava-se a aliança entre Pinochet e os *Chicago Boys*:

Durante o primeiro ano e meio, Pinochet seguiu fielmente as regras de Chicago: privatizou algumas, mas não todas as empresas estatais (inclusive bancos); autorizou novas formas de especulação financeira; abriu portas para a importação,

derrubando as tarifas governamentais em 10% (...). Eliminou ainda o controle de preços, uma mudança radical num país que tinha regulado o custo dos bens de primeira necessidade, como pão e óleo de cozinha, por muitas décadas (Klein, 2008, p. 99).

A partir desses dados, evidencia-se que as reformas econômicas implementadas no Chile a partir de 1973 produziram resultados imediatamente catastróficos. Como documentado por Klein, em 1974, a inflação alcançou 375% enquanto “os empreendimentos locais fecharam, incapazes de competir, o desemprego bateu recordes e a fome se tornou inquietante” (Klein, 2008, p. 100). Portanto, a autora conclui que “o primeiro laboratório da Escola de Chicago era um fracasso”, evidenciando o descompasso entre a teoria econômica e a realidade social chilena.

Em vez de revisar o modelo, a resposta da aliança entre Pinochet e os *Chicago Boys* consistiu em aprofundar as mesmas políticas, com cortes ainda mais drásticos nos gastos governamentais, buscando implementar um “completo livre mercado” sob orientação direta de Friedman. As consequências foram uma depressão econômica sem precedentes, com taxas de desemprego atingindo 30% e o surgimento de uma pobreza massiva que contrastava com o discurso oficial sobre modernização econômica.

O chamado “milagre econômico chileno” só emergiria a partir de 1982, quando Pinochet afastou os *Chicago Boys* do Ministério das Finanças e promoveu uma revisão parcial do modelo, incluindo a nacionalização de algumas grandes empresas. Esse ajuste tardio, contudo, não reverteu os profundos danos sociais causados pela aplicação radical das teorias neoliberais na década anterior. Assim, é necessária a desmistificação do milagre econômico do Cone Sul na década de 1970, conforme explica a autora:

Em 1988, quando a economia estava estabilizada e crescia rapidamente, 45% da população tinham caído abaixo da linha da pobreza. Os 10% mais ricos, contudo, viram suas receitas aumentarem numa base de 83%. Mesmo em 2007, o Chile continuava sendo uma das sociedades mais desiguais do mundo – em meio a 123 países nos quais as Nações Unidas mediram a desigualdade, o Chile ficava em 116º, tornando-se o oitavo país mais desigual da lista. (Klein, 2008, p. 106).

A análise de Klein permite compreender que o chamado “milagre econômico” beneficiou principalmente a burguesia chilena e as corporações multinacionais norte-americanas, enquanto a classe média chilena – assim como a argentina no mesmo período – foi sistematicamente empobrecida. Como demonstra a autora, as ditaduras do Cone Sul não

se limitaram ao autoritarismo político, mas implementaram um projeto econômico deliberado que ampliou drasticamente as desigualdades sociais. O capitalismo neoliberal imposto nesses países concentrou riquezas nas elites econômicas, relegando grande parte da população à miséria e à insegurança alimentar.

A ditadura brasileira, especificamente, combinou um projeto modernizador na esfera econômico-administrativa com um caráter profundamente autoritário e conservador no plano político. A pretensão modernizadora restringia-se estritamente ao desenvolvimento econômico, à reforma do aparelho estatal e ao avanço industrial. Paralelamente, o regime mantinha um caráter repressivo e conservador, sistematicamente excluindo as camadas populares e perseguindo as manifestações de pensamento progressista ou de esquerda. Essa dualidade entre modernização técnica e retrocesso político constitui uma marca do período ditatorial (Reis; Ridenti; Motta, 2014).

Paralelamente ao controle econômico, os regimes militares estabeleceram um rígido controle sobre a produção cultural. A supressão das liberdades individuais incluiu a censura sistemática à imprensa e à expressão artística, combinando mecanismos políticos de repressão com barreiras econômicas que inviabilizavam veículos independentes. Nesse contexto, apenas os grandes conglomerados midiáticos – jornais estabelecidos e redes de televisão – conseguiram sobreviver, tornando-se instrumentos de difusão da ideologia oficial. A televisão em particular assumiu papel central nesse processo, com programação que privilegiava conteúdos de entretenimento alienante como forma de promover a adesão passiva ao modelo capitalista.

O humor como instrumento de crítica ao regime militar em mídias alternativas

Durante a ditadura militar no Brasil, a partir de 1968 e com maior ímpeto entre 1974 e 1980, a imprensa alternativa circulou como um tipo de periodismo paralelo às grandes mídias, realizando importante movimento de oposição ao regime militar, que inova nos quesitos estéticos da imprensa e altera formas até então estabelecidas de produção, financiamento, reprodução e circulação de imprensa no Brasil.

Em Curitiba, este tipo de imprensa começou a ser produzida a partir de 1974, com *O Espalhatato*, e depois, até 1983, com *Scaps* (1975), *Anexo* (1976), *Pólo Cultural* (1978), *Boca no Trombone* (1980) e *Raposa* (1978–1983). E foi um mesmo grupo de intelectuais (artistas visuais, músicos, poetas, publicitários, jornalistas) que produziu todos estes projetos

jornalísticos. Entre eles, estavam: Paulo Leminski, Oswaldo Miran, Alice Ruiz, Toninho Vaz, Guaraci Fraga, Reynaldo Jardim, Marilu Silveira, Luiz Carlos Rettamozo, Luiz Antonio Solda, entre outros (Perbiche, 2021).

O jornal *Raposa*, que será objeto de análise nas páginas seguintes, circulou em duas fases: a primeira enquanto suplemento de humor do jornal *Diário do Paraná*, entre 1978 e 1979, e a segunda enquanto jornal independente, financiado pela Fundação Cultural de Curitiba, entre 1980 e 1983 (Perbiche, 2021).

A edição inaugural do *Raposa Magazine* (dezembro de 1980) apresenta uma contundente crítica política através da sátira “A maior seleção de todos os tempos” (p. 7), onde Guaraci Fraga constrói uma metáfora futebolística que critica a situação do país naquele período. Na escalação proposta, conceitos políticos substituem os jogadores: o feijão como goleiro (alusão à crise alimentar), a Democracia como zagueiro-central, os Direitos Humanos como lateral-esquerdo, a Anistia como lateral-direito, a Justiça Social como zagueiro-esquerdo, as Eleições Diretas como meia-esquerda, o Salário-Máximo como centromédio, a Liberdade de Expressão como meia-direita, a Distribuição de Renda como ponta-esquerda, a Greve como centroavante, e o Zé Povinho como ponta-direita. Essa construção satírica revela uma sofisticada estratégia discursiva, transformando o esporte em veículo de denúncia política.

O futebol também foi cooptado como instrumento de controle social e propaganda política. Como analisa Breitzkreitz (2012), a vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970 foi amplamente explorada pelo regime militar como símbolo de unidade nacional. Essa apropriação do esporte como elemento de propaganda oficial ilustra a sofisticada engrenagem de dominação cultural estabelecida pelas ditaduras do Cone Sul, que combinava repressão aberta com mecanismos mais sutis de controle ideológico.

De acordo com Breitzkreitz, a Copa do Mundo de 1978, que aconteceu na Argentina e foi vencida pela seleção da casa, foi pensada como a construção de um imaginário coletivo,

[...] principalmente para os turistas que chegaram no país para trabalhar no evento. O governo militar da época não poupou esforços e dinheiro para que as instalações onde circularam os profissionais da imprensa internacional fossem as mais modernas da época. Houve um esforço para que os aeroportos, hotéis, estádios e o centro de imprensa impressionassem positivamente os responsáveis por enviar informações para outros países. Também houve a preocupação para que os resultados dentro de campo fossem positivos para a equipe da casa, e que foi acusada da compra de resultados durante o torneio (Breitzkreitz, 2012, p. 01).

Visando elementos culturais como instrumentos de controle social via grandes mídias, de propaganda, futebol, televisão, etc., as Ditaduras Militares no Cone Sul exerceram amplo domínio nas sociedades em que se impunham. No entanto, houve situações em que produções culturais manifestaram-se contra os regimes.

Além do diálogo com o futebol, o jornal *Raposa Magazine* insere-se no contexto da imprensa alternativa, que Mário Camara identifica como característico do período posterior ao AI-5, quando “Sua aparição devera-se à crescente censura imposta aos meios de comunicação pela ditadura a partir de 1964.” (Camara, 2014, p. 138). Essas publicações “nânicas” emergiram inicialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo como espaços de oposição ao regime ditatorial. Nelas convergiram criadores das mais diversas linguagens (poetas, artistas plásticos, designers, músicos, cineastas e fotógrafos) e tendências estéticas (concretos, neoconcretos, tropicalistas e marginais), constituindo-se simultaneamente como principal expressão da poesia marginal e como arena de debates estético-políticos durante os anos mais repressivos da ditadura militar.

O *Raposa* destacou-se no cenário curitibano da imprensa dita alternativa pelo uso recorrente da ironia e do humor como estratégias discursivas. Um exemplo emblemático dessa abordagem aparece em uma página que reúne duas charges de Solda – com temática sexual – e um texto de Roberto Gomes composto por aforismos irônicos em tipografia grande. No canto inferior esquerdo, disposto horizontalmente, lê-se a frase: “Todos são iguais perante a Lei. Isto é, todos tremem” (GOMES, Roberto. *Raposa Magazine*, jan./fev., 1981, p. 04). Esta inserção, ocupando o espaço tradicionalmente destinado aos créditos editoriais, constitui uma crítica sutil ao Regime Militar, perceptível apenas aos leitores mais atentos. A construção, influenciada pelo editor Rubinho Gomes, opera uma inversão semântica: a lei, em vez de representar garantia de direitos, transforma-se em fonte de medo e insegurança.

Como analisa Pirandello (1999, p. 47), essa estratégia combina humor, acidez e temor, criando um efeito irônico que amplifica a crítica política. O *Raposa* explicitou desde seu primeiro número essa intencionalidade, inclusive no subtítulo “Humor e Rumor”, declarando em editorial: “Nosso compromisso básico, enquanto imprensa, é com a verdade. Enquanto ideias e cultura, com o novo, e, enquanto humor, com a liberdade” (*Raposa Magazine*, nº 0, dez/1980). Essa declaração revela a clara intenção de articular humor, inovação estética e

liberdade política, estabelecendo uma conexão direta com o movimento das revistas nânicas mencionado anteriormente.

A edição nº 5 do *Raposa Magazine* (jan./fev., 1981) apresenta uma estratégia editorial sofisticada ao publicar o texto “Democracia”, atribuído da seguinte forma: “Artigo anônimo publicado em Almanak para a Democracia Portuguesa, 1º ano, Lisboa, 1870, pp. 41-44, atribuível a Antero de Quental”. Essa referência, posicionada discretamente no rodapé da página abaixo de uma charge de Miran – que retrata um homem de traje social, corpulento, amarrado pela cintura com expressão de protesto e espanto, seu chapéu pairando no ar. O texto em questão, ocupando um espaço deliberadamente reduzido na página, exige do leitor uma leitura atenta para sua plena compreensão. Ao abordar criticamente as relações entre democracia, Estado, propriedade privada, guerra civil e processos revolucionários, conclui com uma afirmação emblemática:

É o que significa a palavra – democracia. Que esta revolução se possa fazer pacificamente, é o voto mais íntimo dos nossos corações. Senão, que a responsabilidade recaia toda sobre os que desencadearam as tempestades! Quanto a nós, queremos a Paz – mas queremos também a Justiça. (*Raposa Magazine*, nº 5, Curitiba, jan./fev de 1981, p. 04).

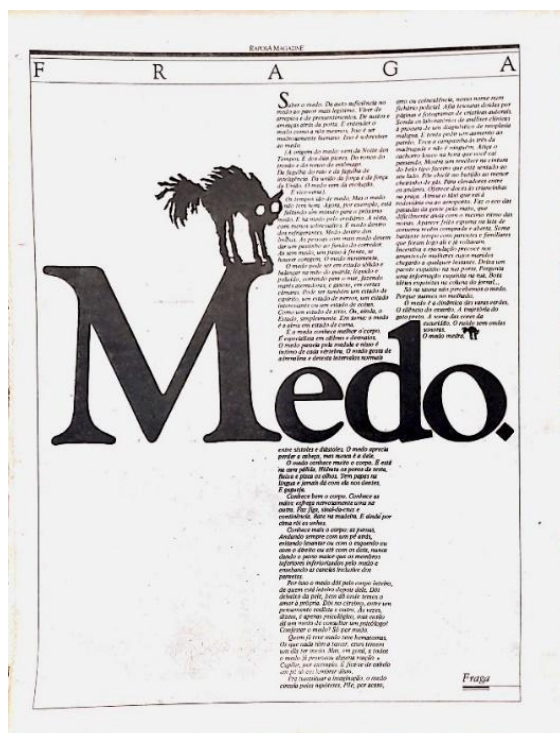
Portugal, em 1870, estava passando por um período de transição política (Serrão, 1980). A abolição da escravatura em 1869 e a suspensão das Conferências Democráticas do Casino em 1871 – lideradas pelo poeta Antero de Quental, influenciado por Proudhon – configuravam um cenário de instabilidade e reconstrução, assim como o Brasil na década de 1980. Portanto, a publicação deste texto, com esta atribuição autoral, neste contexto, pode configurar – seguindo a linha de raciocínio de Linda Hutcheon (1989) – uma *transcontextualização*. Os dois países estavam caminhando para governos democráticos. O pedido por justiça e paz na conclusão do texto também estavam presentes nos dois cenários. Assim, quando a edição da *Raposa Magazine* decide publicá-lo e atribuí-lo desta forma, está em um movimento consciente de utilização de seu significado em favor de interesses políticos que se aproximam do primeiro, mas, devido à fatores contextuais, estão compostos por outros significados. Um exemplo disso observa-se a seguir:

Imagem 1. Capa do Raposa Magazine.



Fonte: Raposa Magazine, n. 02, Curitiba, julho de 1981

Imagem 2. Página 12 do Raposa Magazine.



Fonte: Raposa Magazine n. 02, Curitiba, julho de 1981.

O medo³ é o tema imagético nas páginas do *Raposa* de edição n. 02, de julho de 1981. Na capa, há olhos esbugalhados que expressam terror. Abaixo, em letra maiúscula, o título “O MEDO DO FRAGA”, já como subtítulo, repete-se: “Bomba! Bomba! Bomba! Bomba! Bomba! Bomba! Bomba! Bomba! Bomba! Bomba! Bomba!”

Este título refere-se ao texto das páginas 12 e 13, que são as páginas logo na sequência do *Photoxote*. No texto, Fraga afirma: “Os tempos são de medo. Mas o medo não tem hora” (1978, p. 12). Fraga discute como o medo por ter vínculos com o corpo ou com o “Estado”. Pode ser também um estado de espírito, um estado de nervos, um estado interessante ou um estado de coisas. Como um estado de sítio. Ou, ainda, o Estado, simplesmente. Em suma: o medo é a alma em estado de coma” (Fraga, 1981, p. 12). Aqui fica estabelecido o vínculo entre o raciocínio anterior deste capítulo, sobre violência estatal, e as fontes do recorte histórico da pesquisa. Fraga, que era um dos colaboradores mais frequentes do *Raposa*, afirma que o medo é o Estado. Ele estava consciente da repressão existente. A violência cometida pelo Estado era tão recorrente, que o medo que ela gerada era confundida com o próprio Estado, enquanto instituição organizadora da sociedade moderna. Nunca é muito lembrarmos que o *Raposa* foi publicado no período de Ditadura Militar. E mesmo que no período de abertura política da Ditadura, ainda era Ditadura. Publicar um texto sobre o medo que um estado de sítio gera às pessoas que o vivem não era tarefa simples. Paulo Sérgio Pinheiro aponta em um artigo de 1980⁴, desde seu título, que a tortura não havia acabado, mesmo nesse período dito como “abertura”.

Mas Fraga coloca o enfrentamento ainda mais a frente: “Pra tumultuar a imaginação, o medo circula pelas hipóteses. Põe, por acaso, erro ou coincidência, nosso nome num fichário policial. (...) Some bastante tempo com parentes e familiares que foram logo ali e já voltavam” (Fraga, 1981, p. 12). Não encontrei informações sobre a existência da ficha policial nos arquivos do DOPS do Estado do Paraná. Pode ser que exista nos arquivos de outro Estado. Mesmo assim, falar sobre o medo de ser fichado ou de parentes e familiares que sumiram (por questões políticas, talvez), neste período, poderia gerar, aí sim, medo de futuras investigações, perseguições. Mas Fraga está falando do medo contido. Não do medo colocado para fora, com a voz aos quatro ventos em um berro estupendo. O medo que cala.

³ Para mais informações a respeito dos temas do medo e violência na imprensa alternativa ou cultural em Curitiba durante a ditadura militar, ver em: Perbiche; Kaminski, 2024.

⁴ O texto “A tortura continua” foi publicado originalmente no jornal *Folha de São Paulo*, no ano de 1980.

Em diálogo com o grupo que produzia a imprensa cultural em Curitiba, o Movimento Sala 17 se consolidou através da publicação de livros de poesia coletivos. A primeira obra, *Sala 17* (1976), foi organizada por Antonio Thadeu Wojciechowski, seguida por *Reis magros* (1978) e *Sangra: Cio* (1980), este último com poemas de Paulo Leminski. Publicados em gráficas pequenas da cidade, sem o envolvimento de editoras de grande porte, esses livros reuniam quinze ou mais autores em cada volume, apresentando poemas de diversas vertentes acompanhados por fotografias de cenários urbanos. Com tiragens limitadas, essas publicações compartilhavam dois sentimentos marcantes em seus textos: o medo e a ânsia por liberdade. Esses temas, presentes na produção literária brasileira desde 1964, aparecem claramente em poemas como o de Roberto Prado (1978):

A PRAÇA NÃO É MAIS NOSSA

Cansados
de tanta tremedeira

susto engolido com saliva
pavor de cassetetes
olhos nas costas
e somos criminosos

temos pavor
na carne de raça
o vagalume vira holofote
e crime
o amor puro da praça

sem saber porque

nossas sombras fugitivas
ainda assim

furtivas se furtam

minha amada
nossos peitos apertados
e os irmãos siameses
novamente juntos:

– o amor e o medo da polícia⁵

O cansaço que inaugura a poesia, conjugado no plural, que dialoga com o tremor, com o susto e com a boca então seca, é o cansaço do medo, da violência, da sensação de

⁵ Versos reproduzidos conforme publicação original (Centurião, 1978, p. 166).

perseguição, da criminalização dos cidadãos que perderam seus direitos e ir e vir à praça, aos espaços públicos. O cenário construído nesta poesia é de terror. Terror de estado, instaurado e mantido pelos militares. Isso tudo “sem saber porquê”. Os termos escolhidos compõem este cenário tenebroso: sombras, crime, cassetetes, pavor, susto, cansaço, medo, peito apertado. Em nada há luz. Neste cenário, os dois sentimentos – romanticamente opostos – se tornam irmãos siameses: o amor e o medo. Mas o medo é sentido em relação à um sujeito, ou um grupo: a polícia configura-se como o horror, o terror. O medo de amar em praça pública é devido à presença policial eminente.

Dois anos depois, em *Sangra: Cio*, Vitor Hugo Fernandes Martins dá um tom de esperança, em “fragmentos de um 1º de maio: são bernardo/sp–1980”⁶, quando grita “O povo / na raça / vai conquistar a praça!”, falando de um cenário de confronto entre polícia e trabalhadores na cidade de São Bernardo do Campo–SP, característica por sua herança sindicalista da indústria metalúrgica: “A polícia / dos patrões / matou / o operário”; “A polícia é / é / dos patrões”. Por meio desses versos, nota-se o aspecto classista da polícia, que defende o patrão, mata o operário, o estudante, o jornalista, o guerrilheiro, o alfaiate, a criança etc. Mesmo que não se refira a Curitiba, a importância desta poesia ser publicada na capital paranaense em 1980 sem dúvida diz respeito ao espaço que as lutas sociais estavam conquistando no cenário de início da redemocratização.

Considerações finais

Este trabalho buscou examinar as relações entre produção poética e regimes ditatoriais no Cone Sul, articulando três dimensões: o contexto político, as transformações econômicas e as manifestações culturais. Naomi Klein nos ensina que as ditaduras militares da região serviram como laboratórios para a implementação de políticas neoliberais, resultando em concentração de riqueza, aumento da desigualdade e supressão de direitos sociais. Paralelamente, a produção cultural – especialmente a veiculada em revistas alternativas e livros de poesia em Curitiba entre 1976 e 1981 – desenvolveu linguagens próprias para contestar o autoritarismo, utilizando principalmente o humor e a ironia como estratégias discursivas.

⁶ Neste caso, não reproduzimos a totalidade da poesia devido à sua extensão. Destaco, também, que o livro não indica paginação, somente uma ordem alfabética de publicação dos autores (Martins, Vitor Hugo Fernandes. fragmentos de um 1º de maio. *Sangra:cio*. Curitiba: Retrocopy Ltda, 1980, s/p).

O estudo desses processos históricos adquire especial relevância ao considerar o contexto político brasileiro recente. O período iniciado em 2018 apresentou notáveis paralelos com as experiências analisadas: a defesa aberta do legado ditatorial, a implementação acelerada de reformas neoliberais e o ataque sistemático a direitos sociais e ambientais. Tal como ocorreu no Cone Sul durante os anos 1970, observou-se uma combinação entre repressão política e transformações econômicas regressivas, acompanhada pelo crescimento da violência contra minorias e movimentos sociais.

A produção cultural do período ditatorial aqui estudada oferece importantes lições para o enfrentamento desse cenário. As estratégias desenvolvidas pelos artistas e poetas – o uso criativo da linguagem, a construção de redes alternativas de circulação de ideias, a articulação entre crítica estética e política – mantêm sua atualidade como formas de contestação e resistência. Essas experiências históricas demonstram que mesmo em contextos de intensa repressão, é possível construir espaços de liberdade e criatividade que desafiam os projetos autoritários.

Referências Bibliográficas

BREITKREITZ, Luciano Anderson. A ditadura e o futebol na América do Sul: a construção de um imaginário coletivo através das Copas do Mundo de 1970 e 1978. **Revista Semina**, Passo Fundo, v. 11, n. 1, 2012.

CÂMARA, Mario. **Corpos pagãos**: usos e figurações na cultura brasileira (1960-1980). Belo Horizonte, UFMG, 2014.

FRAGA, Guaraci. Medo. **Jornal Raposa Magazine**, Curitiba, n. 2, jul. 1981, p. 12.

HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da paródia**. Lisboa: Edições 70, 1989.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MARTINS, Vitor Hugo Fernandes. In: CENTURIÃO, Alberto *et al.* **Sangra:Cio**. Curitiba: Retrocopy Ltda., 1980. Sem paginação.

MORAES, Everton de Oliveira. **Cortar o tecido da história**: condutas e imagens do tempo em Paulo Leminski e Luiz Rettamozo. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

PERBICHE, Matheus Pacheco. **A Raposa e a astúcia**: redes intelectuais na imprensa alternativa curitibana (1978–1983). 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

PERBICHE, Matheus Pacheco; KAMINSKI, Rosane. Imagens de violência policial no Raposa Magazine. **Art&Sensorium**, Curitiba, v. 11, p. 1–17, 2024.

PERBICHE, Matheus Pacheco. Neoliberalismo e ditaduras no Cone Sul: uma análise através da produção poética em Curitiba (1976–1981). *In*: COMISSOLI, Adriano *et al.* **Anais do II Congresso Internacional de História da UFSM**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2022.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Escritos indignados**: polícia, prisões e política no Estado autoritário. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PIRANDELLO, Luigi. O humorismo. *In*: GUINSBURG, Jacob (org.). **Pirandello**: do teatro no teatro. São Paulo: Perspectiva, 1999.

PRADO, Roberto. *In*: CENTURIÃO, Alberto *et al.* **Reis Magros**. Curitiba: Editora Beija-Flor, 1978.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Modernização, ditadura e democracia**: 1964–2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SERRÃO, Joel. Do pensamento político-social de Antero de Quental (1968–1973). **Análise Social**, Lisboa, v. 16, n. 61-62, p. 343-361, 1980.

WALSH, Rodolfo. Carta abierta de Rodolfo Walsh a la junta militar. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 137-156, jul./dez. 2007.

WALSH, Rodolfo. **Carta a Francisco “Paco” Urondo, morto pela ditadura argentina a 17 de junho de 1976**. Tradução de Eduardo Pellejero e Susana Guerra. Belo Horizonte; Lisboa: Chão da Feira, 2012. v. 1.

WOJCIECHOWSKI, Antonio Thadeu. **Sala 17**. Curitiba: Gráfica e Editora Cruz de Malta, 1978.